

Colégio de Santo Antônio e Colégio do Espírito Santo: Abordagens para a História da Educação no século XVI

Resumo

O estudo a respeito dos Colégios de Santo Antônio e Colégio do Espírito Santo, enquanto abordagens para a História da Educação no Século XVI têm como finalidade compreender como foram as influências de tais métodos educacionais em território luso-brasileiro, no período estudado. No texto tratamos, a princípio, algumas considerações a respeito da formação da Companhia de Jesus, criada por Inácio de Loyola; em seguida, abordamos o método pedagógico jesuítico: Ratio Studiorum; posteriormente os dois Colégios citados, consecutivamente Santo Antônio e Espírito Santo; e, as influências da ordem inaciana no ensino da colônia brasileira, partindo do pressuposto de que os movimentos educacionais lusos refletem intensamente em território brasileiro nos anos do quinhentos, quiçá, aos dias atuais. Apresentamos esta pesquisa concluída, por meio de autores que discorrem sobre esta temática, e relatamos, em linhas gerais, pontos fundamentais para a compreensão de nossa historiografia. Assim, consideramos imprescindível entender as influências jesuíticas, principalmente nesse período, para com o sistema educativo, pois podemos encontrar em tal, entre tantas outras constatações, o perfil educacional brasileiro.

Palavras-chave: Companhia de Jesus; Colégio de Santo Antônio; Colégio do Espírito Santo; Educação no Brasil Colônia.

Gilmar Alves Montagnoli

Universidade Estadual de Maringá
gil_montagnoli@hotmail.com

Cíntia Mara Bogo Bortolossi

Universidade Estadual de Maringá
cintia_bortolossi@hotmail.com

Natália Cristina de Oliveira

Universidade Estadual de Maringá
nat_oliveir@hotmail.com

Introdução

Discutir a atuação da Companhia de Jesus no século XVI é um exercício que vai muito além de observações acerca do trabalho de catequização realizado pelos padres. Faz-se necessário se atentar a diversos elementos que envolvem tal atuação, como os aspectos sociais, políticos e, acima de tudo, educacionais e religiosos do período. De fato, compreender tais influências é fundamental à História e Historiografia da Educação.

Com base no exposto, este texto visa realizar uma breve discussão sobre o início dessa ordem religiosa e o trabalho que realizou, além de compreender a sociedade em questão e o ideal de homem que nela se objetivava formar. Para tanto, apontamentos sobre o ensino jesuítico serão realizados com base em dois colégios da ordem inaciana: o Colégio de Santo Antão e o Colégio do Espírito Santo, os quais traduzem algumas das principais ações da Companhia de Jesus e possibilitam, assim, tecer considerações sobre as ações da Companhia no Brasil.

É pressuposto básico que esta ordem religiosa, obediente e a serviço do papa, desenvolveu sua missão por intermédio de uma cultura religiosa em um dado período de reformas da Igreja Católica. Foi no ano de 1534 que Inácio de Loyola, aluno da Universidade de Paris, fez voto de pobreza e dedicou-se, juntamente com outros companheiros movidos pelos mesmos ideais, unicamente à Igreja Católica. Pedro Fabro e Francisco Xavier foram os primeiros a acompanhá-lo, ficando conhecidos como os pilares da Companhia. Além deles, fizeram parte como integrantes do movimento: Simão Rodrigues de Azevedo (único português entre eles), Inácio Diogo Laines, Afonso Salmeirão, o espanhol Nicolau Afonso, Cláudio Jaio, Pascháesio Broet e João Codure.

Em 1540 o Papa Paulo III, por meio da Bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, aprovou a constituição da Ordem, autorizando o funcionamento da denominada *Societas Iesu* (Sociedade de Jesus) ou Companhia de Jesus. Com os dez integrantes citados, emerge o movimento religioso que tinha por objetivo maior propagar a fé cristã. Inácio de Loyola assume a condução dessa ordem, fazendo, juntamente com seus companheiros, votos religiosos de pobreza, caridade e obediência.

Todos os membros da Companhia de Jesus haviam frequentado a universidade e, dessa forma, sendo letrados, passaram a abrir residências junto às universidades, onde formariam membros para integrar a sua ordem religiosa. Tais espaços, posteriormente, transformaram-se em colégios, prática que teve início em Paris, mais tarde em Coimbra, espalhando-se depois por outros territórios.

O fato é que a atividade dos jesuítas em muito foi ampliada. Francisco Xavier atuou na Índia, na Indonésia e no Japão. Manoel da Nóbrega e José de Anchieta foram responsáveis pela fundação das primeiras cidades brasileiras. Vale frisar que a educação não era o objetivo inicial da Companhia, mas com o tempo a atividade marcou seu trabalho.

Inicialmente os colégios jesuítas atendiam alunos somente com fins religiosos, para que os discentes viessem a fazer parte da Companhia. Porém, posteriormente, passa também a aceitar alunos que não tivessem por meta seguir a *Societas Iesu*. Dessa forma, os filhos dos súditos portugueses passam também a fazer parte do alunado, desde que se sujeitassem às regras impostas igualmente aos candidatos jesuítas. Estes centros pedagógicos tinham como lei orgânica uma publicação de 1599, o *Ratio Studiorum*, documento tido como o método pedagógico da Companhia.

Enfim, é possível observar, nestas considerações iniciais, a complexidade que envolve a atuação da Companhia de Jesus. Conforme mencionado acima, trata-se de um exercício que vai muito além de observações acerca do trabalho de catequização realizado pelos padres.

Com base no exposto e a fim de dar conta dos objetivos apresentados o texto está organizado da seguinte maneira: inicialmente, discutir-se-á “Os colégios da Companhia de Jesus”; na sequência serão realizados apontamentos acerca do método pedagógico da Ordem, o *Ratio Studiorum*, mencionado há pouco; isso feito, serão apresentadas considerações sobre o Colégio de Santo Antão e o Colégio do Espírito Santo, instituições que possibilitam compreender algumas das principais ações da Companhia de Jesus. Todo o esforço e movimento empreendido no texto têm como objetivo fornecer respaldo para as considerações que serão realizadas nas ações sobre “A Companhia de

Jesus no Brasil”, parte final do texto. Entendemos que, para compreender a educação brasileira é necessário, antes, apropriar-se da história da educação jesuítica portuguesa, sistema inicial de ensino que reflete ainda hoje em nossa educação nacional.

Os Colégios da Companhia de Jesus: considerações iniciais

Inicialmente, as casas dos jesuítas eram os colégios onde os jovens poderiam residir para a sua formação. Conforme a quarta parte das Constituições da Companhia de Jesus:

[...] a Companhia funda colégios e também algumas universidades, onde os que deram boa conta de si nas casas e foram recebidos sem os conhecimentos doutrinários necessários possam instruir-se neles e nos outros meios de ajudar as almas. (CONSTITUIÇÕES, 1997, p.117).

A abertura do ensino aos estudantes não religiosos contribuiu decisivamente para o crescimento dos Colégios da Companhia de Jesus, principalmente em Portugal.

Conforme Sousa (2003), a primeira notícia no reino português referente à existência da Companhia é por meio de Diogo de Gouveia, Reitor do Colégio de Santa Bárbara. Edificado em 1460, em Paris, o Colégio de Santa Bárbara era o mais conhecido no reino. O Reitor – que era português - desejou transformar o Colégio em uma local de formação para futuros teólogos, despertando o interesse do Rei de Portugal D. João III, por este projeto. Para tanto, o monarca acordou em conceder bolsas de estudo aos estudantes de Portugal que para lá se deslocassem.

Conforme Sousa (2003), o Colégio de Santa Bárbara teria sido, portanto, o berço da pedagogia jesuítica. Nele estudaram Loyola e três de seus primeiros companheiros: o português Simão Rodrigues de Azevedo, o saboiano Pedro Fabro e o navarro Francisco Xavier.

O primeiro Colégio da Companhia destinado a estudantes laicos foi o Colégio de Messina, em 1548. Entretanto, alguns autores afirmam que o mais ilustre foi o Colégio Romano de 1550.

Mas o mais ilustre de todos os centros de saber fundados por Inácio foi o Colégio Romano (1550); podemos mesmo considerá-lo como um modelo de todas as instituições pedagógicas jesuíticas. A 22 de Fevereiro, os Romanos lêem à porta dum simples edifício junto ao Capitólio: *Scuola di grammatica, d'humanità e di dottrina cristiana, gratis* (Escola de gramática, humanidades e doutrina cristã, gratuita). Este é o início do que Leonel Franca menciona como “uma espécie de Escola Normal Superior que preparava, de entre os estudantes da Ordem, os futuros professores, fornecendo-lhes os melhores métodos e pondoos em contacto com os melhores educadores. (SOUSA, 2003, p. 02).

Dessa forma, após os pioneiros Colégios de Messina (1548) e Palermo (1549) foi fundado, em 1550, o Colégio Romano, que se tornou referência para toda a ordem.

Em 1551, Inácio de Loiola escreve a Simão Rodrigues (provincial da Companhia de Jesus em Portugal) pedindo-lhe para criar o ensino público em várias cidades de Portugal, a começar por Lisboa, Coimbra e Évora.

No início do ano de 1553, portanto, foram abertas as primeiras escolas com acesso ao público, e não tão somente aos que queriam tornar-se membros da Companhia de Jesus em Portugal. Lisboa foi escolhida para inaugurar esta empresa. De início, devido às circunstâncias, as normas prescritas por Inácio não puderam ser todas atendidas. Não conseguiram edificar o Colégio em edifício separado, assim, foi instalado na mesma casa de Santo Antão em Lisboa.

O número de estudantes do Colégio de Santo Antão crescia rapidamente, tendo que se redobrar o número de aulas. Com esse crescimento, foi sendo necessário um novo edifício para acomodar os numerosos estudantes que frequentavam o espaço. Decidiu-se pela construção de escolas por meio de ajuda da cidade.

Desde o início foi notável o crescimento da obra e o êxito que ela vinha tendo junto a sociedade portuguesa. Entretanto, o que mais despertava a admiração dos cidadãos de Lisboa era a transformação rápida e intensa na juventude, que demonstrava estar mais piedosa e cheia de bons costumes.

Aos poucos a quantidade de colégios se ampliava, ao passo que a realidade exigia novas demandas. Nesse movimento todo, os jesuítas foram adquirindo experiência, o que

resultou na elaboração de um documento que norteasse as atividades nos colégios, o *Ratio Studiorum*. É este o próximo assunto do texto.

O método pedagógico nos primeiros colégios da Companhia de Jesus

Conforme Saviani (2008), a orientação pedagógica adotada nos primeiros colégios dos jesuítas foi o denominado *modus parisienses*¹, considerado o melhor para o aprendizado da gramática da língua latina.

Ao longo da Idade Média até o final do século XV, prevaleceu no ensino o chamado *modus italicus* – utilizado na região italiana. Entretanto, ele se caracterizava por não seguir um programa estruturado e nem vincular a assistência dos discípulos a determinada disciplina. Desde o início do século XVI o *modus italicus* foi sendo aos poucos substituído pelo *parisiensis*.

Diferentemente daquele, este comportava a distribuição dos alunos em classe, realização de exercícios escolares pelos alunos e mecanismos de incentivo ao trabalho escolar.

Baseando-se na escolástica, o *modus parisiensis* tinha como pilares a *lectio*, isto é, a preleção dos assuntos que deviam ser estudados, o que podia ser feito literalmente por meio de leitura; a *disputatio*, nas quais os alunos, geralmente em pequenos grupos, repetiam as lições explanadas pelo professor diante dele ou de um aluno mais adiantado. Os mecanismos de incentivo ao estudo implicavam castigos corporais e prêmios, louvores e condecorações, além da prática da denúncia ou delação. (SAVIANI, 2008, p. 52).

Dessa forma, os jesuítas adotaram o *modus parisiensis* desde o primeiro colégio fundado em Messina e, posteriormente, o consagraram no *Ratio Studiorum*.

Segundo Saviani (2008), pode-se considerar que as origens do *Ratio Studiorum* remontam às Constituições da Companhia de Jesus, elaboradas pelo seu fundador. Em sua IV parte, intitulada “Como instruir nas letras e em outros meios de ajudar o próximo

¹ Nome devido ao fato de ter sido um método adotado na capital da França, tornando-se marca da Universidade de Paris.

os que permanecem na Companhia”, direciona a organização didática e o espírito que deveria animar toda a atividade pedagógica.

Jesus Maria Sousa (2003) também referencia sobre tal parte das Constituições. Para o autor, é descrito na parte citada as ideias sobre a formação de escolásticos e a educação dos estudantes seculares, visando homens cultivados, de visão católica, participantes na vida civil, cultural e religiosa da sociedade atual. Para isso, era preciso elaborar em detalhes as instruções relativas às disciplinas e ao método de estudos nos colégios e faculdades.

A Companhia de Jesus estabeleceu dois tipos diferentes de colégios: um privado, exclusivamente para a formação de futuros jesuítas, e outro público, para a formação dos jovens em geral. Entretanto, esta divisão não era tão rigorosa que não permitisse a existência de colégios onde estudassem tanto os seminaristas quanto os externos.

A fundação do colégio era realizada quando alguma cidade, príncipe ou alguma pessoa em particular, contribuía com as rendas para a sua manutenção.

Ao colégio dava-se princípio da seguinte maneira. Nomeavam-se três ou quatro mestres de letras humanas. O primeiro começava a ensinar aos mais pequenos os rudimentos da gramática; o segundo tomava à sua conta os que tinham alguma mediania de latim, e o terceiro cuidava dos que haviam de aperfeiçoar-se nos preceitos da arte gramatical. O quarto seria o professor de humanidades, que exercitaria os jovens mais adeantados na língua latina e grega e também na hebraica. Publicando-se a abertura das escolas, admitiam-se nelas gratuitamente quantos o desejassem e soubessem já ler e escrever. (RODRIGUES, 1931, p. 287).

Os admitidos, portanto, deveriam ser obedientes aos mestres em relação aos estudos, se confessar ao menos uma vez a cada mês, participar da missa aos domingos, guardar modéstia e ter compostura nas palavras e ações. Para quem se desviasse, seriam aplicados castigos, entretanto, sem contato físico.

Conforme Rodrigues (1931), os menos favorecidos tinham a oportunidade de encontrar nesses colégios de forma gratuita o que teriam que pagar em outro. E dos estudos colheriam bons frutos dos quais poderiam retribuir ao serviço de Deus. Muitos eram contrários a essa postura dos jesuítas, pois defendiam que não fossem admitidos

quaisquer filhos do povo, mas sim, que fossem destinados à formação dos filhos da nobreza². Entretanto, os religiosos da Companhia não concordaram com tal argumentação e abriram as portas dos colégios para todos, sem estabelecer nenhuma diferença.

Segundo esse mesmo último autor, objetivava-se que os estudantes saíssem de lá como pregadores, governadores do povo, administradores de justiça e homens aptos para outros cargos, se alargando cada vez mais o rendimento de toda a educação e ensino.

Em linhas gerais, eis algumas características do Ratio Studiorum, método pedagógico dos jesuítas. Na sequência, quando algumas considerações serão realizadas acerca do colégio de Santo Antão, será possível analisar a materialização de elementos do documento.

O Colégio de Santo Antão

Com a vinda da Companhia de Jesus à Portugal, no século XVI, passam a ser implantados no país os Colégios dirigidos por estes membros. Tanto os filhos dos pobres quanto da alta nobreza passam a também compor o alunado destas instituições. A análise da situação será realizada com base no Colégio de Santo Antão, escolha motivada pelo fato de ser este o mais respeitado e importante de Lisboa, tendo por principal fundador o cardeal-infante Dom Henrique.

Um dos problemas encontrados pela Companhia foi o desejo elitista de formação reduzida de alguns governantes. Francisco Correia, por exemplo, um vereador de Lisboa, solicitava que não se formasse a camada mais pobre da sociedade, mas sim indivíduos capazes de exercer cargos sociais e acrescentar à sociedade. Os membros da Ordem não concordaram, pois:

[...] preferiam abrir largamente as portas do seu colégio a todos, sem estabelecer diferenças de categoria social, e difundir todas as classes as

² Justificavam-se, afirmando, que se os mais pobres provassem o gosto das letras e se aperfeiçoassem nos estudos, poderia faltar mão de obra para ofícios mais humildes. (RODRIGUES,1931).

luzes da instrução e as lições da educação cristã. Com esta amplidão de caridade abriram na entrada de fevereiro o colégio no antigo mosteiro de S. Antão, e escasseava o espaço para acolher tão grande multidão de alunos, que acorreram ao convite dos novos mestres. Era o reitor naquele princípio o P. Melchior Carneiro. (RODRIGUES, 1931. p. 293).

Tal edifício, mais cedo, fora mouraria, mesquita, e até mesmo convento. Porém, com a ocupação deste pelos membros da *Societa Iesus* em 1542, ganha sua estrutura educacional jesuítica e inicia com aulas inaugurais em fevereiro de 1553. A procura pelas matrículas foi muito grande, à medida que foi necessária outra construção. No ano de 1593 iniciam-se no novo ambiente as aulas do que passara a se chamar Colégio de Santo Antão-o-Novo.

O que porém mais despertava as admirações dos cidadãos de Lisboa era a transformação rápida e profunda que se operava no porte e costumes dos estudantes. Já no ano escolar que sucedera ao da abertura do colégio, se celebrava a mudança daquela buliçosa juventude. Aparecia mais composta nas suas maneiras, mais bem morigerada e mais piedosa. (RODRIGUES, 1931. p. 300).

Para compreensão do Colégio, bem como das atividades que desenvolvia e sua relação com o contexto, é aqui destacada uma das aulas mais importantes da instituição: a *Aula de Esfera*. A instituição de ensino gratuito cresceu muito, tornando-se o melhor centro de Ciências e Astronomia de Portugal.

No colégio, trabalham conteúdos inovadores incorporados às novas doutrinas consideradas por essa Ordem Religiosa. Destacam-se as introduções da *Aula de Esfera*, intrínseca à matemática, representando a grande inovação praticada no Colégio ao abordar a teoria e a prática de itens como o telescópio, os logaritmos, equações, geometria e afins.

A aula aconteceu entre os anos de 1590 e 1759, representando a inovação e aceitação a temáticas correspondentes aos saberes científicos no País. Nenhuma outra instituição de ensino influenciou de forma tão intencional os centros de ensino da Companhia de Jesus, suas atividades beneficiavam os recursos e os contatos religiosos e sociais.

As grades de disciplinas da instituição incluíam em suas matérias temas como: Latim, Gramática, Humanidades, Retórica; por determinado tempo até mesmo Grego, Teologia Moral, Teologia Dogmática e Filosofia, disciplinas consideradas únicas ao ensino no contexto Português.

O Colégio de Santo Antão, nesse sentido, possibilita compreender certas inovações no ensino. A instituição, principalmente pelas mencionadas inovações, foi essencial na modernização da ciência portuguesa, o que mais tarde se refletiu no Brasil. Considerações semelhantes podem ser realizadas com base em análises do Colégio do Espírito Santo, esforço empreendido na sequência.

O Colégio do Espírito Santo

Antes mesmo do cardeal D. Henrique (arcebispo de Évora) receber de Portugal as instruções de Inácio de Loyola, o mesmo já havia discutido com os padres da Companhia uma forma de se iniciar tal empresa em Évora. Foi forçado, de início, a adiar pela falta de edifício preparado para tal objetivo.

O cardeal infante D. Henrique (1512 – 1580) tinha como objetivo fundar um seminário em Évora para clérigos, destinado à instrução literária e religiosa. Estabelece, assim, um colégio onde os religiosos da Companhia de Jesus se encontrassem juntamente com os seminaristas seculares que doutrinassem.

D. Henrique. Este, nascido em 1512, foi elevado em 1532 a arcebispo de Braga, em 1540 a arcebispo de Évora, em 1545 a cardeal, em 1564 a arcebispo de Lisboa, em 1572 é eleito regente e em 1578 Rei de Portugal; morreu em 1580. (STEGMULLER, 1959, P.37).

O cardeal, portanto, havia iniciado a fundação de um colégio para a ilustração do clero da sua diocese. Diante do sucesso alcançado pelo colégio de Santo Antão com sua pedagogia cristã, D. Henrique desejou instituir obra semelhante na cidade de Évora.

Com esse objetivo solicita a seu irmão D. João III os paços reais de Évora a fim de poder abrir as escolas, enquanto as obras do colégio estavam sendo concluídas.

Este novo edifício, que o cardeal à sua custa ia levantando, destinava-o ele não só para habitação dos religiosos da Companhia, mas também para nele viverem, como em seminário, alguns clérigos que, depois de bem instruídos, haviam de exercitar na arquidiocese o ofício de párocos. (RODRIGUES, 1931, p. 304).

As obras, com a autorização do Rei, começaram com diligência, sendo construídas, de início, quinze celas, as quais eram os aposentos. Depois de virem para Évora os primeiros religiosos da Companhia, D. Henrique ordenou que se acrescentassem mais, ficando o edifício com trinta celas independentes.

Conforme Veloso (1949) para se fixar em Évora, onze jesuítas saíram do Colégio de Coimbra no dia primeiro de outubro de 1551. Entre eles o P. Melchior Carneiro, futuro bispo de Niceia, a quem o padre M. Simão Rodrigues nomeara reitor do futuro colégio³.

D. Henrique desejava confiar à Companhia de Jesus a administração do seu seminário. Simão Rodrigues aceita e nomeia nove religiosos para constituir a nova comunidade, vindos um de Lisboa e oito de Coimbra, os quais chegaram em 5 de outubro de 1551:

Foram eles o Padre Melchior Carneiro, nomeado reitor, o Padre João Cavillon, francês, natural de Lille, quatro estudantes de teologia, Afonso Barreto, Marçal Vaz, Miguel de Barros e Pedro da Fonseca e três irmãos coadjutores. (CID, 1997. p. 396).

Esta é, portanto, a comunidade que vai dar origem à nova fundação, que mais tarde seria conhecida pelo nome de Colégio do Espírito Santo e, depois, como Universidade de Évora.

O colégio finalmente foi inaugurado em 28 de agosto de 1553, dia dedicado ao doutor da Igreja S. Agostinho. Segundo Rodrigues (1931), dias antes havia chegado de Coimbra os primeiros professores que lecionaram nas escolas públicas de Évora. Pedro Perpilhão de Letras Humanas na primeira classe, Marcos Nunes na segunda e Nuno Álvares na terceira; Casos de Moral com Marcos Jorge que ainda não era sacerdote.

³ Para Veloso (1949), é difícil averiguar com precisão onde habitavam os jesuítas antes de irem para o seu colégio.

Conforme Veloso (1949), o Colégio do Espírito Santo foi inaugurado antes do término das obras e a Companhia de Jesus assumiu antes desta finalização. Assim, as disciplinas Teologia Moral e Letras Humanas já estavam sendo realizadas desde 1553. Os jesuítas inauguram seus estudos começando por ensinar Humanidades, onde se lecionava grego e latim e Casos de Consciência, para a formação de clérigos.

A fama dos estudos e a qualidade superior dos mestres começaram a atrair estudantes de muitas partes, inclusive alunos estrangeiros, fazendo com que o número deles aumentasse. Após oito meses do início das disciplinas, a fama do Colégio em Évora se espalhou a ponto de suas aulas serem frequentadas por mais de trezentos estudantes. Dessa forma, D. Henrique almejou a ampliação do Instituto, desejoso de elevar a categoria de Universidade.

O colégio era motivo de satisfação de todos. Sua compreensão ajuda a entender elementos educacionais do contexto português e, além disso, fornece respaldo para o entendimento de aspectos da atuação da Companhia de Jesus no Brasil, que é o próximo assunto do texto.

A Companhia de Jesus no Brasil

A chegada da Companhia de Jesus no Brasil ocorreu no ano de 1549, quando os padres, chefiados pelo padre Manuel da Nóbrega, desembarcaram juntamente com o primeiro governador-geral da Colônia, Tomé de Souza. Padre Francisco Xavier, responsável pela organização da inserção jesuítica na Índia, encontrou aqui muitas características indianas, além de diferenças notáveis.

Os jesuítas que aqui vieram não encontraram religiões hierárquica e intelectualmente organizadas como as que Xavier encontrara no Oriente (Budismo e Hinduísmo, por exemplo). Encontraram sim formas de culto indígena que não se comparavam às formas organizacionais das milenares religiões orientais.

Nesse sentido, a grande dificuldade encontrada pelos jesuítas quando de sua chegada para as missões no Brasil foi a resistência do clero já estabelecido (principalmente no que se refere ao clero secular), bem como dos colonos portugueses

que muitas vezes em muito se opunham à obra dos jesuítas. Nóbrega, por meio de cartas, em dado momento culpa a própria corte que, segundo ele, enviava apenas a escória portuguesa para as terras brasileiras. Nesse momento, o jesuíta se referia tanto aos colonos quanto ao clero enviado ao Brasil.

Como meio de “superar” as dificuldades e atrasos da missão no Brasil, os jesuítas, a partir de sua chegada, investiram seu tempo e esforço em atividades de conversão, tanto dos indígenas, quanto posteriormente dos escravos negros e, ainda, para com os portugueses, a fim de promover novamente uma efetiva prática do catolicismo entre estes.

Sendo assim, o cotidiano das missões jesuíticas no Brasil muito se assemelha àquelas praticadas no Oriente. Os jesuítas se ocuparam em catequizar os índios, confessar portugueses, rezar missas, enfim, empregaram de todos os meios e formas para difusão da religião cristã entre os habitantes.

Um fator relevante para o presente trabalho é o valor que os jesuítas atribuíam à catequese das crianças indígenas. Depois de algumas experiências com a conversão de índios adultos e seu posterior retorno às antigas práticas religiosas dos pajés, os jesuítas foram compreendendo que a formação cristã das crianças se mostrariam, em longo prazo, mais efetiva, sólida e duradoura. Como se pode ver em Xavier, aqui no Brasil os jesuítas também perceberam que a educação das crianças se tornava um caminho muito frutífero para desenvolver as missões.

Além do esforço pela conversão dos índios, principalmente aos chamados curumins (as crianças), os jesuítas procuraram evangelizar e aculturar os negros trazidos como escravos ao Brasil. No que se refere à empresa colonial brasileira, vale considerar:

Como a tentativa de escravizar os índios não obteve êxito, passou-se para a escravização do negro, que já havia sido escravizado nas colônias portuguesas no continente africano. Da mesma forma que o índio, o negro precisava ser inserido no contexto da cultura portuguesa, ou seja, era preciso converter os gentios ao serviço divino e da coroa portuguesa. (OLIVEIRA, 2012, p. 77).

A conversão do escravo africano era também de fundamental importância para que este pudesse manifestar obediência não somente a Deus e à Igreja, bem como aos seus senhores, à organização portuguesa e, conseqüentemente, ao rei.

Assim como no Oriente, onde se destaca a figura de Francisco Xavier, a missão no Brasil é marcada pela presença dos três principais jesuítas que aqui estiveram: Padre Manuel da Nóbrega (1517-1570), Padre José de Anchieta (1534-1597) e, ainda, o Padre Antônio Vieira (1608-1697). Ainda que em momento diferente de Nóbrega e Anchieta, Vieira ganhou destaque na história da Companhia no Brasil, devendo ser citado quando se tratam os aspectos gerais da mesma na Colônia.

Ao chegarem no Brasil, os jesuítas assumiram o papel de ordem principal, sendo responsáveis pelo estado de crescimento a que se assistiu no cristianismo dos trópicos. Nesse sentido, Boxer (2002) considera:

[...] foi a Companhia de Jesus, em seu papel de ponta-de-lança da Igreja militante, que tornou a luta pelas almas tão intensa e ampliada quanto a competição pelas especiarias. Os filhos de Loiola estabeleceram e mantiveram padrões muito mais elevados do que seus predecessores, e o notável desenvolvimento das missões portuguesas entre 1550 e 1570 deveu-se sobretudo à obra deles [...]. (BOXER, 2002, p. 81).

Primeiramente em Portugal, em seguida no Brasil, Convém considerar que a Companhia de Jesus foi decisiva no trabalho de evangelização do gentio e conversão de almas. Os colégios portugueses, brevemente discutidos, ilustram o cenário educacional português e fornecem bases para a compreensão da Colônia, visto que o ensino aqui realizado refletia tudo aquilo que era ilustrado em solo lusitano.

Considerações Finais

A Companhia de Jesus no século XVI foi fundada com o objetivo religioso de propagar a fé cristã. Entretanto, para tal desafio era preciso uma formação adequada, tanto que todos os membros da Companhia de Jesus frequentaram a Universidade, passando a abrir residências junto às mesmas, onde se formavam membros para integrar

aquela ordem religiosa. Posteriormente essas residências se transformaram em Colégios, devido a abertura para estudantes não religiosos.

Dessa forma, é possível afirmar que, além das missões, a educação foi outra atividade característica da Companhia de Jesus. Em Portugal, as principais atividades atribuídas aos padres jesuítas eram a educação da juventude, missões além-mar e confissões dos soberanos. Como confessores do rei, acabavam por influenciar nas decisões políticas dos mesmos. Tanto é que a consolidação da Companhia de Jesus em Portugal esteve diretamente ligada a sua relação com D. João III, aclamado o benfeitor da Companhia de Jesus.

Apesar da questão religiosa ter sido a base, no Brasil a Companhia de Jesus participou ativamente do cotidiano educacional, econômico e cultural. Foi com a chegada dos padres jesuítas que a Igreja Católica e o Padroado Português alcançaram resultados expressivos nos trabalhos missionários.

No Brasil, ao se depararem formas de cultos indígenas, os jesuítas intensificaram seu trabalho na busca da conversão, tanto dos indígenas, quanto posteriormente dos escravos negros. Assim, o cotidiano das missões jesuíticas no Brasil incluiu catequizações dos índios, confissão dos portugueses, realização das missas, enfim, utilizando todos os meios para a propagação da religião cristã entre os habitantes da terra.

Em suma, a compreensão da educação brasileira no período colonial exige análises da educação em Portugal, além de elementos do contexto, que por sua vez estão relacionados às ações dos jesuítas e as práticas dos colégios. Espera-se, com o texto, ter evidenciado elementos que ajudam nesse entendimento de complexidade considerável; pois, consideramos que para abranger a História da Educação Brasileira, é imprescindível, que abordemos tais fatos, que embora densos, nos dão subsídios para entendimento de tantos fatos atuais.

Referências

- BOXER, C. R. **O Império Marítimo Português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CID, Isabel. A fundação da Universidade de Évora. In: **História da Universidade em Portugal**. Fundação Calouste Gulbenkian, Volume I Tomo II, Coimbra, 1997.
- CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus e NORMAS Complementares. São Paulo: Loyola, 1997.
- OLIVEIRA, Amanda M. B. de. **Educação e religião no Brasil do século XVII: Padre Antonio Vieira e a Escravidão**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá: 2012.
- RODRIGUES, Francisco. **História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal**. Porto: Apostolado da Imprensa, 1931-1950. Volume II, Tomo I.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2ªed.Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- SOUSA, Jesus Maria. **Os jesuítas e a Ratio Studiorum: As raízes da formação de professores na Madeira**. Isenha, 2003. Disponível em <http://www3.uma.pt/jesussousa/Publicacoes/31OsJesuitaseaRatioStudiorum.PDF>. Acesso em 12.03.2014.
- STEGMULLER, Friedrich. **Filosofia e Teologia nas Universidades de Coimbra e Évora – no século XVI**. Universidade de Coimbra, 1959.
- VELOSO, João M. Queiros. **A Universidade de Évora - elementos para sua história**. Lisboa, 1949.